

Recomendada mudança no tratamento da dívida

por **Maria Helena Tachinardi**
de Washington

A Organização dos Estados Americanos (OEA) poderá propor aos oito presidentes — do Brasil, do México, da Argentina, do Uruguai, da Colômbia, da Venezuela, do Panamá e do Peru — que se reunirão nos dias 27 e 28 deste mês, em Acapulco, uma reformulação na negociação da dívida externa do continente.

A sugestão consta de um alentado trabalho elaborado por seis pensadores latino-americanos contendo idéias e agenda para uma ação no combate à pobreza e no crescimento dos países, o que, segundo entendem, passa por uma negociação conjunta da dívida externa, pela integração regional, pelo aperfeiçoamento da democracia e pelo desenvolvimento integral.

“A democracia avançou notavelmente nos países latino-americanos e abarca quase toda a região. Os governos, porém, estão perdendo poder de convocação. O retrocesso econômico dos últimos anos subtrai-lhes liderança política e esta sempre se associa ao cumprimento das metas de crescimento, emprego e melhoramento social”, notam os autores do trabalho — Aldo Ferrer, Trevor Farrel, Jorge González del Valle, David Ibarra, Celso Lafer e Augusto Ramirez-Ocampo.

Eles concluem ainda que a importância política e econômica da América Latina na ordem mundial diminuiu. “A revolução tecnológica erodiu as velhas vantagens comparativas e, por conseguinte, reduziu a capacidade de concorrência nos mercados internacionais”, cita o relatório que será discutido na Assembleia Geral da OEA, nesta semana, em Washington.

Os autores chamam a atenção “para a extraordinária riqueza de recursos naturais e humanos no continente, de um acervo industrial e tecnológico que constituem importantes bases de sustentação de um processo de desenvolvimento integral que abranja todos os setores sociais e todos os países”. Isto tudo, dizem, está acima da crise da dívida, da pobreza, do atraso tecnológico e de outros elementos característicos do subdesenvolvimento.

O documento recomenda que os países da região não esperem passivamente que seus problemas passem a ser prioritários na complexa agenda de trabalho dos países industrializados e que iniciam um processo de integração regional. Estes trariam a grande vantagem de criar economias de escala de mercado e de complementação, que ampliam a área de autonomia decisória e a fronteira do desenvolvimento econômico.

Com relação à reformulação da dívida externa, propõe limitar a transferência de recursos, mediante a fixação de uma taxa de juros única em seus níveis reais históricos ou a conversão da dívida em valores nacionais inferiores aos atuais em obrigações de longo prazo com adequados períodos de carência.

Noticiário fornecido pelas agências internacionais AP/Dow Jones, Reuters, UPI e pelos jornais Financial Times, de Londres, Advertising Age, de Chicago, The Wall Street Journal, The Journal of Commerce e Barron's, de Nova York, El Cronista Comercial e a revista Mercado de Buenos Aires. Matérias especiais via Varig e Aerolíneas Argentinas.
